

Índice

| | |
|--|---|
| “Big Tech”, Trump e a liberdade de expressão..... | 1 |
| O êxodo do WhatsApp para o Telegram e o Signal | 4 |

“Big Tech”, Trump e a liberdade de expressão

Aquando da tomada do Capitólio por apoiantes do até há pouco tempo presidente Donald Trump dos Estados Unidos, as grandes empresas tecnológicas decidiram suspender as contas dele nas diferentes redes sociais. Como poderão afetar estas decisões das referidas empresas, a liberdade de expressão e o discurso público?

Donald Trump ficou numa situação de não se poder fazer ouvir. Após esse assalto ao Capitólio e, ao cabo de meia dúzia de dias, Trump foi eliminado ou suspenso pelas empresas Twitter, Facebook, Instagram, Snapchat, Youtube e Twitch. Outras plataformas como a Shopify decidiram eliminar as lojas em linha da sua campanha e a sua organização, tendo ainda a Stripe deixado de processar os pagamentos para o sítio *web* da sua campanha.

Como última opção restava o Parler, a rede social que cresceu tendo por base a sua promessa de imparcialidade e liberdade de expressão para os seus utentes. No entanto, pouco depois, o Parler também desapareceu, uma vez que a Apple e o Google eliminaram a app das suas lojas e a Amazon declarou que não lhe proporcionaria os seus serviços de *hosting*. A Apple e o Google exigiram ao Parler que estabelecesse condições de uso similares às existentes nas outras plataformas das *big tech*, se quisesse regressar às suas lojas. Tudo isto deu origem a um enorme debate a respeito da liberdade de expressão, da sua regulação e do poder que têm as grandes empresas tecnológicas.

Expulsar Trump

Depois de anos a lutar para limitar as regulamentações governamentais referentes às plataformas sociais, alegando defender a liberdade de expressão, foram essas mesmas plataformas a darem o complicado passo para a limitação dessa liberdade. Alguns dirigentes mostraram-se pouco orgulhosos das suas próprias decisões, como foi o caso do CEO do Twitter, [Jack Dorsey](#): “Não celebro nem me sinto orgulhoso de que tenhamos tido que proibir a @realDonaldTrump no Twitter, nem de como chegámos aqui”. A maioria das redes centraram o debate na necessidade de terem de tomar esta decisão em defesa da segurança pública.

No entanto, o debate foi mais longe: seriam os *tweets* de Trump verdadeiras ameaças à segurança? Deveriam ter as redes sociais o poder de silenciar os cidadãos? Podem elas definir os limites da liberdade de expressão? Não é essa a tarefa de juizes ou de legisladores? Por que razão não atuam com tanta celeridade perante outras ameaças, como a pornografia infantil nas suas plataformas, os *lives* violentos, etc.? Serão as redes sociais somente plataformas, ou têm responsabilidade sobre o que se publica nelas e sobre as consequências que isso tem na vida real?

Isto mostra que as grandes empresas tecnológicas podem controlar o discurso público e a conversação global, selecionar o que se ouve e o que não é possível, bloqueando um político poderoso que foi votado por mais de 74 milhões de norte-americanos. Além disso, sugere que, embora Facebook, Twitter, Instagram e restantes sejam empresas privadas, há algo na sua decisão de expulsarem Trump do espaço de debate que a torna diferente da prática de um restaurante de se reservar o direito de admissão.

Em relação à pergunta sobre se as empresas privadas tecnológicas podem guiar o discurso público, a resposta é simples: sim, já o fazem. É ingénuo considerar o contrário. Ora, os utentes, cidadãos e governos podem e devem exigir mais honestidade quanto a como o fazem e também queixar-se e pressionar se não lhes parecer bem que sejam elas quem decide como e quando limitar a liberdade de expressão. Esqueçemo-nos de que são empresas privadas, com interesses próprios, e demos-lhes mais poder que atualmente nos é desconfortável. Por isso, o debate sobre o que ocorreu com Trump não é apenas sobre Trump e os seus apoiantes, nem sequer é só sobre o futuro político dos EUA, mas sobre a identidade e alcance das redes sociais. Não porque isto tenha mudado de repente, mas porque agora estamos a aperceber-nos das implicações que tem de modo imediato no discurso público.

Os factos

A 6 de janeiro de 2021, o Congresso recentemente entrado em funções na sequência da eleição de novembro último, contava os votos eleitorais no meio do processo de confirmação da vitória de Joe Biden. Trump pedia aos seus apoiantes para protestarem frente ao Capitólio. No seu comício, instou-os a lutar: “Nunca irão recuperar o nosso país com fraqueza, têm de demonstrar força e têm que ser fortes”.

Alguns dos seus apoiantes responderam ao apelo à luta de forma literal e, ao fim de escassas horas, agitadores pró-Trump derrubavam as barreiras de segurança do Capitólio. Os agitadores ultrapassaram a polícia e, pouco depois, conseguiram entrar no edifício e invadir o gabinete de Nancy Pelosi e a tribuna do Senado, provocando o caos. Num *tweet*, Trump pediu aos seus apoiantes que se mantivessem pacíficos e pediu-lhes para respeitarem a lei. Cinco pessoas morreram em consequência dos distúrbios e vários agentes de segurança ficaram feridos.

Por fim, Trump recorreu à Guarda Nacional e, passado pouco tempo, publicou um vídeo em que, depois de repetir que lhe tinham “roubado as eleições”, pediu às pessoas que fossem para suas casas e que respeitassem a paz e a lei. Nesse mesmo dia, o [Twitter suspendeu](#) a sua conta durante 12 horas, por “violações repetidas e graves da nossa Política de integridade cívica”. E, a 8 de janeiro, suspendeu a conta de forma permanente, alegando que existia risco de “incitação à violência”. Mark Zuckerberg, por seu lado, decidiu suspender a [conta de Trump no Facebook e no Instagram](#) pela “probabilidade” de que as intenções (“*likely intent*”) do então presidente fossem no sentido de provocar o aumento da violência, não para parar com ela. Não alegou nenhuma publicação específica, mas as que colocou ao longo da semana, assim como a sua decisão de não condenar claramente as ações dos seus apoiantes.

Interesse pela pátria ou interesse próprio?

A reação não se fez esperar: como uma explosão da já conhecida aversão ao poder sem limites das *big tech*, houve milhões de comentários negativos em face da decisão das grandes empresas de eliminarem a liberdade de expressão.

O debate enquadra-se como uma pergunta acerca dos interesses de um poderoso grupo de executivos da área tecnológica que lideram empresas privadas, mas cujas decisões afetam toda a gente. Nas palavras de Jack Dorsey: “Estabelece um precedente perigoso: o poder que um indivíduo ou empresa tem sobre parte da conversação pública global”.

Estas ações aumentaram a sua visibilidade não simplesmente como ferramentas tecnológicas, mas como instituições políticas com uma capacidade de controlar o discurso público através de ferramentas pelo menos opacas: não há tribunais nem leis, somente condições de uso abstratas e um algoritmo secreto, além de uma decisão pessoal de eliminar publicações e contas. Este poder pode ser usado para calar as vozes de alguns e promover as de outros: o caso de Trump foi apenas um dos mais recentes e alarmante exemplo.

Quem fixa as regras?

A liberdade de expressão converteu-se para o Ocidente num direito inalienável, pelo que a legislação preferiu criar um quadro jurídico onde é possível exceder-se no seu exercício, em vez de a prevenir, devido aos perigos que isto pode trazer para as liberdades sociais.

Por isso, é complicado evitar os excessos da liberdade de expressão e prefere-se condenar a ação depois de cometida, se for o caso do direito estipular que a merece. O quadro legal deixa uma ampla margem para a ética pessoal e empresarial sobre o uso desta liberdade.

Ora, as grandes empresas tecnológicas mudaram estas regras do jogo, e sem esperarem a decisão judicial (decisão que seria complicada, dada a identidade global das plataformas e a celeridade que se espera da sua atuação), decidem por si próprias o que deve aparecer no discurso público, que hoje se identifica quase por completo com estas mesmas plataformas. Portanto, é difícil argumentar que somente se esteja a suspender o utente da rede social, mas não do debate público, pois atualmente a discussão é feita em grande parte nestas plataformas.

As declarações de Angela Merkel, em que considerava de problemáticas as ações das redes sociais, vão por este caminho: temos de designar alguém para que estabeleça limi-

tes à liberdade de expressão, mas serão as empresas tecnológicas as mais idóneas para o fazer? O porta-voz de Merkel, Steffen Seibert, não acredita nisso. Nas suas declarações, afirmou que o direito fundamental da liberdade de expressão, “pode ser regulamentado mas de acordo com a lei e o quadro definido pelos legisladores, não de acordo com a decisão dos administradores das redes sociais”.

Além disso, contrariamente ao espírito da legislação ocidental, as declarações de Zuckerberg e Dorsey sobre a decisão de censurar Trump mencionavam a “probabilidade” das intenções de Trump e o “risco” de que as suas palavras fossem interpretadas de modo violento. Portanto, o foco passa do que realmente foi dito, para a miríade infinita de intenções e interpretações que podem ter tido as suas palavras, um terreno perigoso para a liberdade de expressão, pois qualquer discurso poderia ser censurado ao abrigo destas premissas.

Silenciar o Parler e os seus utentes

Numa última reviravolta dos acontecimentos, o Google e a Apple decidiram retirar o Parler das suas lojas de aplicações. Passado pouco tempo, a Amazon Web Services negou-se a alojar o sítio *web* do Parler, provocando em conjunto um afastamento quase total do ecossistema digital devido ao duopólio que impera nos *smartphones*.

O Parler, conhecido como a rede social da liberdade de expressão, tinha conseguido numerosos novos utentes, muitos deles apoiantes de Trump, que fugiam da sensação de censura provocada pelas grandes empresas como Facebook e Twitter.

Estas ações só serviram para reforçar a sensação de um ato coordenado contra a direita ligada a Trump e aumentar a pressão para que as grandes empresas tecnológicas prestem contas das suas ações e demonstrem a legitimidade das decisões que tomam, hoje em dia encaradas como juízos arbitrários, muitas vezes com repercussões positivas para os seus próprios interesses.

Grande parte do poder que as *big tech* obtiveram, foi-lhes dado pela quantidade de utentes que têm, convertendo-se em quase monopólios (ou duopólios, no caso dos sistemas operativos), como é o caso do Facebook, que com as compras do Instagram e do WhatsApp foi acusado de usar o seu poder para esmagar os seus concorrentes de menor dimensão. De facto, este foi o motivo da ação judicial do governo dos EUA contra o Facebook em finais de 2020, pela qual Zuckerberg (juntamente com Jeff Bezos, da Amazon; Sundar Pichai, do Google, e Tim Cook, da Apple) teve de comparecer e responder às acusações de “monopólio ilegal”. A procuradora-geral de Nova Iorque, Letitia James, afirmou que “o Facebook usou o seu poder para suprimir a concorrência e poder assim aproveitar-se dos utentes e ganhar milhares de milhões, ao converter os dados pessoais numa vaca leiteira”. Esta ação judicial junta-se a outras ações

judiciais antimonopolistas abertas nos Estados Unidos e na União Europeia.

Falta de concorrência

A falta de concorrência no âmbito das redes sociais limita as possibilidades de escolha que os utentes têm sobre o tipo de conversação digital em que querem participar, além de ficarem em risco de ser expulsos do mundo digital se não concordarem com o modo como as grandes plataformas decidem gerir a discussão pública.

Outro problema é que os utentes não têm um verdadeiro acesso à tomada de decisões das plataformas, nem podem recorrer delas se uma decisão lhes parecer incorreta, ou se a conta não violar as normas, mas é denunciada para ser alvo de boicote por vingança ou simples desagrado. As regras não são claras, e isto deixa os utentes desprotegidos em muitas frentes. É o que afirma Emily Bell, professora da Universidade de Colúmbia, [ao “Financial Times”](#): “Se estas plataformas querem reter a sua dimensão e poder, devem implementar um procedimento para que se lhes possa pedir contas, e serem transparentes nas suas decisões”.

Por tudo isto, o sucesso do Parler surgiu como uma luz de esperança e como possibilidade de concorrência: os dissidentes digitais podiam expressar as suas opiniões. Converteu-se na app mais descarregada dos EUA após as recentes eleições, e com a sua suspensão das *app stores* ergueu-se também um protesto em massa perante as decisões arbitrárias dos donos das grandes tecnológicas. O Google e a Apple exigiram ao Parler uma [melhoria no seu plano de moderação](#) (“BuzzFeed”, 8.1.2021), pois deram por adquirido que parte da coordenação dos acontecimentos do Capitólio havia tido lugar nessa plataforma.

No entanto, é problemático que a única forma de responsabilizar uma plataforma pelo conteúdo que permite, seja o “castigo” por parte de outras plataformas similares, sem mediação nem análise objetiva do caso, assumindo pelas suas mãos a justiça. Deveria haver outras maneiras de prestar contas das ações das plataformas, sem que isso implique avaliar os interesses próprios ou de outras empresas.

Tais ações mostram a falta de equilíbrio e o excessivo poder que têm algumas plataformas em relação a outras, assim como em relação ao controlo da livre expressão dos utentes. Terão o Google e a Apple o direito de pedir às aplicações um plano de moderação? Será que fazem os mesmos pedidos ao Facebook, ao Twitter e ao YouTube? Por que motivo não eliminaram as plataformas das suas lojas quando o próprio Facebook admitiu que a sua aplicação foi utilizada para incitar violência e um genocídio em Myanmar? Por que razão não exigiram ao YouTube um plano de moderação quando se soube que pedófilos usavam a sua rede para contactar crianças? Ou quando se

soube que o atirador da Nova Zelândia se havia radicalizado através de um canal que estava nessa mesma rede?

O Google e a Apple nada fizeram nestes casos, o que demonstra que a sua aplicação de justiça é seletiva, e o perigo é que não sabemos o que poderia vir depois. Se o Parler aceitar modificar as suas condições de utilização, considerarão também o Google e a Apple adequadas estas novas condições? O que acontece se não gostarem? Poderão exigir-lhe uma moderação de conteúdo igual à do Facebook ou do Twitter? E se o Parler não aceitar, podem negar-lhe a licença de existir na Internet?

É necessário, em resumo, um plano de moderação de conteúdos para todas as plataformas, a fim de evitar que as grandes tecnológicas imponham as condições da liberdade de expressão para todos.

C. C.

O êxodo do WhatsApp para o Telegram e o Signal

O Facebook provocou uma rebelião ao anunciar que os utentes do WhatsApp terão que permitir-lhe explorar os seus dados.

Após as duras críticas pela decisão de suspender a conta de Trump, Mark Zuckerberg e as suas plataformas insistem em chover no molhado. A 10 de janeiro de 2021, o WhatsApp comunicou aos seus 2000 milhões de utentes uma mudança nas suas políticas de privacidade que deveriam aceitar antes de 8 de fevereiro se quisessem continuar a utilizar a plataforma. Segundo o aviso, o WhatsApp reservava-se o direito de partilhar os dados que recolhe através da plataforma com os restantes meios do Facebook, para “melhorar os seus produtos e serviços”, independentemente dos utentes terem ou não contas neles.

Esta melhoria tem o seu foco principal em conseguir rentabilizar o WhatsApp através do uso dos dados que recolhe, para melhorar os anúncios no Facebook e no Instagram, além de permitir pagamentos através do WhatsApp de produtos que se promovam noutras plataformas. No entanto, os novos termos e condições de utilização são vistos como mais uma manobra para pôr os seus utentes entre a espada e a parede, e tomar decisões pelo interesse económico da empresa, sem levar em conta as implicações para os utentes. Os outros beneficiados serão os anunciantes, que terão melhores ferramentas para comunicarem com potenciais clientes.

O incómodo com os novos termos levou milhares de utentes a fecharem as suas contas do WhatsApp e a passarem para o Telegram ou para o Signal (plataforma que o próprio Elon Musk elogiou perante os seus 42 milhões de seguidores no Twitter). A reação levou o Facebook a decidir [atrasar a entrada em vigor das novas condições](#) até 15 de maio.

Um pormenor: os utentes europeus não têm nada com que se preocupar, pois o [Regulamento Geral de Proteção de Dados](#) em vigor na União Europeia impede o Facebook de partilhar dados dos seus utentes entre as suas empresas (entre outras coisas).

Isto é assim desde que, em 2016, o Facebook começou a cruzar o número de telefone dos seus utentes de WhatsApp com as suas restantes plataformas, o que provocou uma investigação à empresa e a ordem preventiva de cancelar este tipo de movimentos, sob ameaça de fortes multas, que podem chegar até 20 milhões de euros ou 4 % das receitas anuais globais brutas – o que for maior –, ou a possibilidade de suspender o processamento de dados pessoais.

C. C.